

SERVIÇO SOCIAL E ASSISTENTE SOCIAL:

A História no Mundo e Brasil

Nilda Cícero da Silva

Discente do 6º Período do Curso de Serviço Social
AEMS – Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

Amanda Carolina Martins de Oliveira

Docente Especialista do Curso de Bacharel em Serviço Social
AEMS – Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

RESUMO

Descrever sobre o nascimento, história no Brasil e no mundo, transcurso, mudanças, do Serviço Social e dos/as Assistentes Sociais, não é tarefa fácil. Mas no tocante ao crescimento qualitativo da profissão e aprender a dissipar o conhecimento intrínseco o referencial bibliográfico levantado, possibilitará clarear ideias, nortear o futuro, esclarecer, dinamizar e romper todas as barreiras e a certeza do prazer do Serviço Social como profissão. O Serviço Social é mais que uma escolha um estilo de vida, prioriza ética, profissionalismo e um ideal de uma sociedade justa e com princípios. Entender, desvendar, atentar e qualificar profissionais para sua área de atuação justifica o estudo proposto, pois elucidará o começo da profissão, desafios e possibilidades na concepção e no exercício de ser Assistente Social. De fato, estudos como o aqui apresentado, oportunizam melhores condições na formação do Bacharel em Serviço Social, pois está de acordo com os interesses da atualidade e concentra a chamada justificativa nos direitos e deveres do profissional em Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço social; Assistente social; História.

INTRODUÇÃO

Descrever sobre o nascimento, história no Brasil e no mundo, transcurso, mudanças, atribuições e competências, bem como esmiuçar o Código de Ética dos/as Assistentes Sociais, não é tarefa fácil. Mas no tocante ao crescimento qualitativo como profissional e aprender a dissipar o conhecimento intrínseco, o referencial bibliográfico levantado possibilitará clarear ideias, nortear o futuro, esclarecer, dinamizar e romper todas as barreiras e a certeza do prazer do Serviço Social como profissão.

De acordo com a história o Serviço Social é a famosa categoria profissional que tem sua ação profissional voltada para os interesses da classe trabalhadora e a sociedade num contexto geral. Verifica-se que isto se deve graças ao projeto ético-político da profissão e no reflexo da sua ação cotidiana junto aos usuários do serviço e seus profissionais qualificados que buscam preconizar a ética em suas atividades. Os/as Assistentes Sociais são profissionais que lutam pela realidade social a partir

da conjuntura social, econômica, política e cultural do país, buscam minimizar problemas e solucioná-los.

A metodologia utilizada para a confecção deste trabalho foi à pesquisa bibliográfica, feita através de livros, periódicos e artigos na internet. As possibilidades da pesquisa agrega valor e dissipa o conhecimento, pois através do levantamento bibliográfico procurou explicitar sobre a temática proposta pela Docente Amanda Carolina Martins de Oliveira, titular da disciplina Pesquisa em Serviço Social II, que atende as expectativas para a formação profissional do Assistente Social, avaliando de forma concisa, preconizando estudos proveitosos com o aqui apresentado.

De fato, este estudo oportuniza melhores condições na formação do Bacharel em Serviço Social, pois está de acordo com os interesses da atualidade e concentra-se justificativa e nos direitos e deveres do profissional em Serviço Social.

Neste sentido é que através desta análise bibliográfica pretende-se mostrar que a história no Brasil e no mundo, de suma importância para a formação de novos profissionais e também o quão tem sido importante o debate deste assunto nos dias de hoje, para romper paradigmas e enaltecer a profissão.

1 A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL

1.1 Serviço Social no Mundo

O presente levantamento bibliográfico contempla a origem do Serviço Social, as novas vertentes da Profissão, debate sobre o Código de Ética, bem como suas competências e atribuições que estão baseadas na Lei 8662/93, de acordo com (BRASIL, 2012).

Relatar a história, princípios, direitos e deveres dos Assistentes Sociais com relatos da história da profissão é que o Conselho Federal de Serviço Social, (2001) publica em seus registros:

O Serviço Social como profissão, em sete décadas de existência no Brasil e no mundo, ampliou e vem ampliando o seu raio ocupacional para todos os espaços e recantos onde a questão social explode com repercussões no campo dos direitos, no universo da família, do trabalho e do “não trabalho”, da saúde, da educação, dos/as idosos/as, da criança e dos/as adolescentes, de grupos étnicos que enfrentam a investida avassaladora do

preconceito, da expropriação da terra, das questões ambientais resultantes da socialização do ônus do setor produtivo, da discriminação de gênero, raça, etnia, entre outras formas de violação dos direitos. Tais situações demandam ao Serviço Social projetos e ações sistemáticas de pesquisa e de intervenção de conteúdos mais diversos, que vão além de medidas ou projetos de Assistência Social. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011; p. 11).

Sobre a origem do Serviço Social, Freire & Candido (2013), nos direcionam no levantamento e nos trazem em suas menções o nascimento e estruturação do Serviço Social, que seu deu a partir das organizações religiosas, mais especificamente graças a Igreja Católica Romana e enaltece esta entidade reafirmando que a mesma possuía princípios fundamentais e inspiração divina, pois “o trabalho social incidia no reforço da moralidade e da dependência das classes dominantes, assim a influência social na família operária para adequar e ajustar seu comportamento às exigências da ordem social estabelecida.”.

A Igreja foi precursora do nascimento do Serviço Social que oportunizou relatos com os de Fehlberg (2009) que em sua tese abordou sobre esta temática relatando que:

O Serviço Social é uma profissão que tem em seu nascedouro forte presença religiosa, visto ter, em seus primórdios, a componente caridade, ajuda aos necessitados, que caminha para uma ação social da Igreja mais organizada, até o surgimento da profissão. Esse fato fez com que a religião deixasse na profissão uma marca profunda que, sendo responsável pelas fronteiras pouco definidas entre o trabalho voluntário e o profissional, visto que ambos desenvolvem políticas e programas assistenciais. Tais ações podem dar-se tanto em agências privadas como no Estado, sendo realizadas em parcerias ou terceirizadas entre Estado e organizações e associações privadas. (FEHLBERG, 2009, p. 17).

Iamamoto (2011) também relata que o Serviço Social se constituirá através de frações da classe burguesa que agirão por intermédio da Igreja Católica e posteriormente pelo conjunto das classes dominantes.

Salvar e resolver os graves problemas da população carente, revoltada e oprimida transformou-se em questão política, pois eram inúmeras as greves que estouravam na época, neste sentido o governo, juntamente com os burgueses e a igreja Católica uniram-se para tentar sufocar a voz do povo, proporcionando "acalantos" para os trabalhadores e suas famílias, criando acordos, onde na ilusão de ajudar aos pobres estaria a solução para a crise. (VIEIRA, 2010)

Contemplando a questão histórica do Serviço Social e apoiando aos autores já mencionados, Souza (2014) nos congratula com suas menções atentando sobre a história da profissão no mundo e como se deu a política assistencial.

O serviço social surge do movimento católico o processo de profissionalização e legitimação da profissão está articulada as instituições sócio-assistenciais estatais surgindo na década de 40. O Estado a partir daí, passa a não intervir na regulamentação do trabalho, mas na política assistencial ligada a organização das classes produtoras na política que controla a ditadura social Vargasista ao afirmar a situação de paz social imposta pela condição paternalista da sociedade e do estado. A partir de 64, a profissão passa a assumir posição de destaque no cenário da sociedade com política de ação peculiar com o uso de um perfil mais objetivo, métodos procedimentos de intervenção e metodológicos eficazes que regulamentam a pratica da profissão. No plano político as manifestações sociais intensificam-se de forma a radicalizar as ações públicas e exigindo um desfeito expressivo de mudança a partir do golpe de 64. O Serviço Social liga-se a divisão do trabalho no sentido de agir e lutar com os movimentos sociais de bases ligadas a igreja católica no mundo temporal no início da década de 30. As igrejas católicas junto com a população lutam para defender um sentido missionário e evangelizador para com a sociedade necessitada. A posição da igreja católica é de defender os problemas sociais com reivindicações para sanar as questões sociais da sociedade carente. (SOUZA, 2014, p. 1).

Reafirmando a história do Serviço Social no mundo, os relatos de Pinto e Yamamoto, (2004) no remetem a questão dos grandes avanços do Serviço Social e nos agradam em sua prédica ao relatarem que o mesmo deu um salto para a década 1960, mais precisamente no ano de 1965 iniciou-se o Movimento de Reconceituação do Serviço Social com intuito de dar um novo rumo à profissão devido às profundas transformações econômicas e sociais que a sociedade brasileira atravessava.

No tocante ao Movimento Revolucionário do Serviço Social Pinto e Yamamoto, (2004) abordam que:

Os agentes profissionais assumiram o movimento de conceituação como uma causa revolucionária, a intensa e profunda análise da situação do Serviço Social no continente latino-americano, tanto no que se refere ao exercício profissional como aos seus fundamentos teóricos. Abrindo espaços para o debate, para a reflexão e para a crítica, tal Movimento procurou aglutinar em torno de seus objetivos a maior parte dos agentes profissionais. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina formava-se numa manifestação de ruptura com o tradicional e conservador, na possibilidade de uma nova identidade profissional com ações voltadas as demandas da classe trabalhadora. Assim o modelo do Movimento de Reconceituação Latino Americano trouxe muitas contribuições para o Serviço Social que foi decisivo no processo de romper

com a corrente tradicional na qual estavam vinculados. (PINTO e YAMAMOTO, 2004, p. 4).

A fim de credibilizar o levantamento, os registros de Yamamoto, (2011) assim como os de Pinto e Yamamoto (2004) também relatam sobre a temática do Movimento de Reconceituação do Serviço Social elucidada de forma clara que:

Contudo, o que ficou conhecido como "Movimento de Reconceituação", buscou construir novas bases teórico-metodológicas para o trabalho profissional, procurando um sistema de ações pautado na realidade da América Latina, fugindo dos modelos até então importados. Além disso, esse Movimento representou um desafio, pois era preciso um projeto de ruptura que questionasse toda a base teórica da profissão, mas que também implicasse discutir práticas profissionais que caracterizavam a profissão. A partir desse momento que Yamamoto (2006) conceitua como "esforço de ruptura no Serviço Social", começam a ser lançadas as bases para o trabalho profissional fundamentado em um projeto ético-político para a sociedade. Considerando a proposta de mudança de perspectiva no trabalho profissional pós-Movimento de Reconceituação, o Serviço Social direciona-se para o compromisso com a garantia de direitos. (YAMAMOTO, 2011, p. 1).

Entendendo mais sobre a história e os primórdios do Serviço Social no mundo, encontramos relatos que possibilitam o entendimento e esclarecimento da organização do Serviço Social com profissão e no que tangem sua história encontramos os importantes relatos de Fehlberg (2009).

A primeira forma organizada de prestação de assistência aos pobres ocorreu em Nuremberg, Alemanha, em 1788, com a criação do Bureau Central, com um diretor remunerado e a divisão da cidade em distritos, cada um com um supervisor. Esse centro recebia ajuda de vários voluntários para visitar as famílias pobres, conhecerem as causas da pobreza e prestarem assistência, o que já foi um início de descentralização desse tipo de assistência. Sendo Nuremberg uma cidade alemã, com raízes protestantes, pode-se afirmar que a forte influência protestante se fazia presente, mas observa-se serem colocados em prática os escritos de Juan Luiz de Vives, espanhol descendente de judeus, convertido ao catolicismo.(FEHLBERG, 2009; p. 20)

A primeira organização privada para acudir aos pobres surgiu em 1833 na França, compunha-se de jovens moços e homens leigos, que frequentavam e ajudavam as pessoas sob o comando de Frederico Ozanan, tendo como presidente José Bailly e patrono São Vicente de Paula neste sentido o trabalho social, antes, era todo efetivado por mulheres, porém naquele momento eram os homens que realizavam o trabalho. (FEHLBERG, 2009).

Vieira (1977) citada por Fehlberg (2009) nos trás em sua prédica relatos de que esta organização procedia com princípios que norteavam seu trabalho a partir de:

1 - Manter seus membros na prática da vida cristã, por exemplos e conselhos mútuos; 2 - Visitar os pobres em seus domicílios, levando-lhes socorro material e consolações religiosas; 3 – Proporcionar instrução elementar e cristã às crianças e aos pobres; 4 - Difundir a boa leitura; 5 - Dedicar-se a todas as obras de caridade que não contrariassem o fim principal da sociedade. Buscava-se a eficiência na ajuda ao pobre e esta ação das Sociedades Vicentinas – como passaram a ser chamadas - pode ser resumida, segundo Vieira, nos seguintes pontos: a) Cada caso será objeto de um estudo, cujo resultado deverá conservar-se por escrito; b) O estudo do caso caberá a uma comissão, que determinará as providências a serem tomadas; c) Os socorros não serão temporários, mas suficientes para que a família ou indivíduo se ajuste; d) O assistido deverá ser o agente de seu próprio reajustamento; deverão ser interessados nesta obra os parentes e amigos (o que o bispo escocês Chalmers chamava “fundo invisível da caridade”); e) Solicitar a cooperação em obras diversas; f) O pessoal deverá ser treinado por meio de palestras e leituras; g) As instituições devem trocar as listas de assistidos entre si, para constituir um fichário central e, assim, evitar a exploração e a duplicação de assistência; h) Finalmente, deverá ser organizado um catálogo de obras sociais a fim de eliminar as instituições paralelas, orientar as intervenções, evitar duplicações de serviços e descobrir as falhas. (FEHLBERG, 2009, p. 20 e 21).

Entender a história, princípios e os autores que abordam sobre a temática do Serviço Social, são sem sombra de dúvidas uma das primeiras qualificações do Assistente Social, que é um profissional comprometido com a ética, a cidadania, o bem estar e a qualidade de vida. Possibilitar estudos com o aqui apresentado clareou e norteou ainda mais o chamado de fazer o bem sem olhar a quem, a importância da profissão e a capacidade de não medir esforços na qualidade de vida da população é que direciona o Assistente Social, como podemos ver na afirmação de Fehlberg (2009) chega ao encontro dos problemas sociais existentes na sociedade e que causam insegurança, comovendo as estruturas vigentes; daí a importância dessa profissão, que tem a capacidade de trabalhar no sentido de levar o cidadão a participar para alcançar a reforma das estruturas sociais, políticas e econômicas e democratizar os direitos sociais. Isto é considerado pela Igreja como Ação Social, para a qual conjuga esforços no sentido de desenvolver essas atividades com vistas à promoção do progresso social, a melhoria das condições de vida na sociedade e a aplicação à vida coletiva dos princípios de justiça e da caridade.

1.2 A História do Serviço Social no Brasil

Assim como na história do mundo, o Serviço Social no Brasil está ligado à Igreja para a recuperação e a defesa de seus interesses junto às classes subalternas e à família operária “ameaçada” pelas ideias comunistas.

Ao dissertar sobre a história do Serviço Social no Brasil, Freitas (2011) explana sobre o começo da profissão, como aconteceu o seu desenvolvimento, práticas profissionais e os princípios fundamentais do Serviço Social e de forma clara esclarece que:

O início da profissão no Brasil, marcado por aspectos como o desenvolvimento do capitalismo, influência da Igreja e importação de modelos europeus e norte-americanos para a prática profissional, deixa nítido que o agir profissional estava hegemonicamente direcionado para ações que visavam prioritariamente "amenizar" os efeitos das relações sociais desiguais sem, entretanto, questionar o sistema no qual se criam e reproduzem tais desigualdades. A intervenção nos espaços financiados pelo Estado também se orientava pelo conceito de filantropia, uma vez que a assistência social era considerada benefício do Estado, e não direito do cidadão, e o profissional agia orientado pela perspectiva de repassar benefícios. (FREITAS, 2011, p. 2).

Uma das fontes mais sólidas da história e o entendimento do Serviço Social, são as contribuições de Iamamoto (2011) relatando sobre a profissão e assim a autora de grandes teses, relata que o Serviço Social é um tipo de especialização do trabalho coletivo, situado no interior da divisão sócio-técnica do trabalho, elencando que o mesmo é um elemento que participa da reprodução das relações sociais (relações de classe) bem como do relacionamento conflitante entre as classes fundamentais presentes na realidade social.

O surgimento do Serviço Social no Brasil tem sua origem no amplo movimento social que a Igreja Católica desenvolve com o objetivo de recristianizar a sociedade. Com o crescimento da industrialização e das populações das áreas urbanas, surge a necessidade de controlar a massa operária. Com isso o Estado absorve parte das reivindicações populares, que demandavam condições de reprodução: alimentação, moradia, saúde, ampliando as bases do reconhecimento da cidadania social, através de uma legislação social e salarial. Essa atitude visava principalmente o interesse do Estado e das classes dominantes de atrelar as classes subalternas ao Estado, facilitando sua manipulação e dominação. (IAMAMOTTO, 2001, p.1).

Importante ressaltar que as muitas vertentes bibliográficas, enaltecem o trabalho e nos fazem dissipar o conhecimento, esclarecendo dúvidas, clareando a história, dinamizando a aprendizagem e a importância desta fascinante profissão de Assistente Social, neste sentido na abordagem de Souza (2012) reafirma que:

O Serviço Social no Brasil se dá vinculado à Igreja para a recuperação e a defesa de seus interesses junto às classes subalternas e à família operária “ameaçada” pelas ideias comunistas. Para gerir trabalhos através da globalização Mundial com ajuda do capital financeiro e a aliança entre o capital financeiro e a aliança entre o capital bancário e o capital industrial. A execução social econômica, política cultural de jovens e crianças e adultos se faz através dos desenvolvimentos do trabalho coletivo com dos desenvolvimentos também da tecnologia e da ciência, dos meios de comunicação e produção do mercado. A acumulação do capital liga-se a igualdade o crescimento é possível devido com o consumo ampliações do mercado de trabalho com concentração de renda, capital, poder, a melhoria dos serviços sociais das políticas públicas. Para exercitar a política do assistente social é preciso exercer uma função formadora crítica e competente, libertar-se das prisões, os indivíduos que estão nas perspectivas de desenvolvimentos sociais, no sentido de atender a realidade deles. O movimento das classes sociais e do Estado e suas relações sociais tentam diluir as particularidades do atendente da profissão de assistente social, ir além da história de vida da sociedade, extrapolar os serviços sociais no sentido de qualificar o assistente social identificando essas particularidades e criar alternativas de ações para a sociedade emergente e ávida por mudanças e transformações. (SOUZA, 2014, p. 1).

Contemplando a discussão observa-se que a Igreja Católica convocava os “agentes sociais” entre os membros da classe influente, fornecendo-lhes um desenvolvimento ideológico cristão, com desígnios de atuação firmados na caridade e na coação. Essas agentes, na maioria das vezes eram jovens da sociedade, operavam junto às mulheres e crianças com ensinamentos sobre higiene, prendas domésticas, moral e valores normatizados pela doutrina cristã. (ALBERNAZ, 2009).

Evidencia-se ainda de acordo com Iamamoto (2011) no tocante a história do Serviço Social e o seu surgimento que:

O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais qualificados para o seu atendimento. A intervenção profissional deveria estar pautada nos parâmetros de “racionalidade” e “eficiência” inerentes à sociedade capitalista. É, portanto, no contexto do desenvolvimento do capitalismo industrial e da expansão urbana, que se coloca a necessidade do Serviço Social, enquanto mediador das classes fundamentais de então; burguesia industrial e proletariado fabril. A questão social – enquanto manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre essas classes – servirá como base de justificação para a ação do assistente social, para além da caridade da repressão. A pauperização absoluta ou relativa gera o fenômeno do

lumpen-proletariado, que não será mais absorvido pelo mercado de trabalho. A socialização dos custos de reprodução desta força de trabalho exige a presença do Estado no que se refere a constituição de políticas sociais. O Serviço Social não tem um caráter de autonomia: não se pode pensar à profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerra em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação profissional. No processo de constituição de sua hegemonia, o Estado não pode desconsiderar por completo as necessidades/interesses das classes dominadas, como condição mesma de sua legitimação; a incorporação destas necessidades se dá de forma subordinada, não afetando os interesses da classe capitalista como um todo. (IAMAMOTTO, 2011, p. 3).

A implantação do Serviço Social no Brasil ocorreu em um momento de acirrado do capitalismo bem como da questão social, que se oportunizou através da iniciativa de muitas pessoas e grupos da classe dominante e da Igreja que se apresentava como porta voz destes.

Outra influencia muito importante se deu através dos pensamentos da Assistente Social norte-americana Mary Richmond que trouxe para a profissão o método de atuação Serviço Social de Casos Individuais, oportunamente o método as assistentes sociais estudavam e investigavam o meio social da pessoa, a fim de descobrir qual a possibilidade de ela se enquadrar a esse meio ou, caso contrário, mudaria de meio social, explicitavam que o objetivo era trabalhar a personalidade das pessoas e sua adaptação ao seu meio social. (COIMBRA, 2010)

Ainda em sua pré-dica lamamoto (2009) citada por Coimbra, (2010) em sua abordagem revela que:

Com a generalização do trabalho livre, tornando mercadoria à força de trabalho. O operário e sua família vendem sua força de trabalho à classe dominante, estando sujeitos a grande exploração do capital. Exploração esta que impulsionou a luta do proletariado por melhores condições de vida, pois eram péssimas as condições de trabalho, cuja jornada diária era sempre calculada de acordo com as necessidades das empresas e o operário e sua família trabalhavam somente para comer. Além do mais, não tinham férias, nem auxílio doença, e seu lazer e cultura ficava a cargo da filantropia e/ou caridade. (COIMBRA, 2010, p. 4)

Por isso a relevância de profissionais como os Assistentes Sociais, que visavam às necessidades do operário e da família que eram explorados e viviam em condições péssimas de trabalho como podemos ver na referência.

De acordo com Vieira (2010) nos subsidia mostrando importantes relatos que visam desvendar e atentar para a história do Serviço Social no Brasil, mostrando

que em uma ordem cronológica dos acontecimentos e evolução do Serviço Social no Brasil, observa-se a grande interferência católica neste percurso longo, árduo e mecânico de evolução desta profissão, assim relata que:

No ano de 1922 a igreja Católica organizou a I Conferência de Ação Católica dando assim um salto em direção aos ideais assistencialistas de ordem cristã e exigida por Deus. Dez anos mais tarde, em 1932 o Brasil contou com a visita de Adele de Loneux, trazendo novos ideais europeus acerca do Serviço Social por meio de diversas conferências que fez pelo país e ao retornar para a Bélgica levou consigo duas brasileiras, Maria Kiehl e Albertina Ramos, que aos se formarem sob influência européia, voltaram ao país e fundaram a Escola de Serviço Social de São Paulo. Neste mesmo ano criou-se também o Centro de Estudos da Ação Social (CEAS) ? sendo considerado uma importante evolução para o Serviço Social no Brasil. (VIEIRA, 2010, p. 1)

Ao falar e abordar sobre o Serviço Social no Brasil e no mundo, a promoção de práticas assistencialistas que faziam parte da profissão desde o seu surgimento bem como suas raízes atreladas à igreja Católica tinham total domínio sob a caridade, filantropia e bens esses destinadas aos menos favorecidos, essas práticas eram apoiada pela ordem burguesa da época. (PINTO E YAMAMOTO, 2004).

Sob o ponto de vista do poder executivo e o Serviço Social no Brasil, a promoção e formas de preconizar uma vida melhor à população no movimento capitalista se deu conforme vemos os relatos de (VIEIRA, 2010).

Ao governo brasileiro, enquanto detentor do poder público cabia a responsabilidade de regular os excessos e promover uma vida digna à população, principalmente neste período conturbado da história do país com o crescimento dos grandes centros, o pleno desenvolvimento do Capitalismo e sua implantação no Brasil com a construção de fábricas, gerando no país um forte e expressivo êxodo rural, superlotando as cidades e continuando o mesmo processo de urbanização e detereorização do proletariado, como na Europa e Estados Unidos.(VIEIRA, 2010, p. 1)

Com o passar do tempo muitas foram às melhorias do quadro do Serviço Social no Brasil, mas foi no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS em 1979 que um grande marco na redefinição do Serviço Social brasileiro através do entendimento do Serviço Social a então assumiu-se o compromisso com a classe trabalhadora, defendendo a democratização e a ampliação dos direitos civis, sociais e políticos. (PINTO E YAMAMOTO, 2004).

Com a chegada da década de 80 (oitenta) fora redefinidos os parâmetros e a ética profissional conforme elucida as autoras relatando que:

A partir dos anos 80, a organização dos Assistentes Sociais fez com que sua articulação com a luta dos trabalhadores e a produção marxista, a partir do pensamento de Marx¹⁰ onde pode se dizer que foi a superação do marxismo vulgar, principalmente na obra .Então se iniciou o projeto de ruptura, redefinindo a ética profissional possibilitando o amadurecimento do Serviço Social, principalmente por meio do pensamento de Marx e Gramsci¹¹, que influenciou o Novo Currículo de Serviço Social de 1984 e o Código de Ética de 1986, dando um novo direcionamento à formação e a prática profissional. (PINTO E YAMAMOT, 2004, p. 4).

A discussão é ampla e enaltece questões pertinentes a regulamentação da profissão e também preconiza a jornada ao qual deve realizar o Assistente Social em seu âmbito de trabalho. Explanando historicamente, podemos evidenciar questões alusivas que agregam valor para o levantamento, pois contemplam a proposta ao que se destina o trabalho. No tocante a história, de acordo com Brasil, (2012) é possível esclarecer que a história recente da sociedade brasileira, pela luta dos setores democráticos contra a ditadura e, em seguida, pela consolidação das liberdades políticas, propiciou uma rica experiência para todos os sujeitos sociais.

O Conselho Federal de Serviço Social (2011) evidencia em sua cartilha, denominada Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, abordando temas pertinentes a este trabalho, tais como: A Assistência Social como Política de Seguridade Social, Serviço Social é profissão, Assistência Social é política pública, O trabalho do/a assistente social na Assistência Social, O trabalho Interdisciplinar na Política de Assistência Social e por fim a gestão do trabalho no Sistema Único de Assistência Social, para melhor entendimento das atribuições e competências destes profissionais.

No Serviço Social, observamos que o mesmo é uma profissão essencialmente interventiva e que a partir desta noção, convencionou-se caracterizar o Serviço social como uma profissão de intervenção na realidade Social, e o assistente Social que é tido como o profissional da área, seria então, aquele profissional mergulhado no pragmatismo que se apresenta licenciado para intervir nas diferentes manifestações da questão Social. (FRAGA, 2010).

Os Conselhos Regionais de Serviço Social definem a profissão de Assistente Social e suas atribuições mencionando que:

É uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que utiliza um instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais para

análise e intervenção nas diversas refrações da "questão social", isto é, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho. Inserido nas mais diversas áreas (saúde, previdência, educação, habitação, lazer, assistência social, justiça, etc) com papel de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais, o assistente social efetiva sua intervenção nas relações entre os homens no cotidiano da vida social, por meio de uma ação global de cunho socioeducativo e de prestação de serviços. (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – MG 2014, p 01).

Em seus relatos Guerra (2007) agrega o conhecimento atendendo que:

O Assistente social como trabalhador só se realiza quando sua força de trabalho é vendida no mercado por intermédio de determinadas condições de trabalho, meios e mediações tais como: um contrato (formal ou informal) que define as bases nas quais se dará o exercício profissional do assistente social (em termos de jornada de trabalho, funções, atribuições etc.), além de normas, rotinas, enfim pela legislação trabalhista vigente. (GUERRA, 2007, p. 6).

A importância da discussão sobre a história, a jornada de trabalho, funções e atribuições do Assistente Social é também discutida por Brasil, (2012) que enaltece que a dinâmica deste processo que conduziu à consolidação profissional do Serviço Social materializou-se em conquistas teóricas e ganhos práticos que se revelaram diversamente no universo profissional.

Assim, Brasil (2012) reafirma:

No plano da reflexão e da normatização ética, o Código de Ética Profissional de 1986 foi uma expressão daquelas conquistas e ganhos, através de dois procedimentos: negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a “ética da neutralidade”, e afirmação de um novo perfil do/a técnico/a, não mais um/a agente subalterno/a e apenas executivo/a, mas um/a profissional competente teórica, técnica e politicamente. (BRASIL, 2012, p. 20).

Discutindo de forma sistemática Guerra, (2007) relata a respeito da profissão, que a qualidade e as qualificações profissionais para realizar atribuições e competências que social e historicamente lhe são delegadas, devem ser um dos primeiros pontos a ser articulado. Neste sentido aborda de forma clara em seus relatos que:

Ora, mesmo tendo diferenças e/ou divergências entre projetos de formação profissional e quanto ao perfil de profissional que se quer formar, quanto aos níveis de padrões de qualidade das diversas instituições e cursos de

Serviço Social, há um conjunto de elementos socialmente reconhecidos, que indicam a eficácia e a competência do exercício profissional dos assistentes sociais. (GUERRA, 2007, p. 10 e 11).

Para reafirmar a qualificação profissional do Assistente Social Fraga (2010) é clara na questão de que historicamente o Serviço Social foi considerado vocação, habilidade, ocupação, ofício ou até mesmo arte, e na atualidade é reconhecido como profissão, uma especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho de nível superior, regulamentada no Brasil pela Lei nº 8.662/9, de 7 de Junho de 1993.

Fraga (2007), se expressa abordando que enquanto, não se dispõe de uma teoria própria, nem é uma ciência; isto não impede, entretanto, que seus profissionais realizem pesquisas, investigações dentre outros bem como possam produzir conhecimentos de natureza teórica, inseridos no âmbito das Ciências Sociais e Humanas.

De grande valia o relato de Guerra (2007), contempla a necessidade da valorização da categoria afirmando que:

A profissão já construiu um reconhecimento social, mas também encontra-se permanentemente permeada pelas demandas democráticas da sociedade, obtidas nas áreas da assistências Social, da infância, da saúde, do idoso, da previdência social e outras. Em que pese o fato de estas conquistas serem expressão das lutas da classe trabalhadora, elas são também tributárias da luta da categoria coletivamente organizada que direta e indiretamente (por meio de suas entidade representativas) foram às ruas clamar por justiça, somando-se aos diversos segmentos da classe trabalhadora e dos segmentos vulnerabilizados. (GUERRA, 2007, p. 11).

Para reafirmar questões alusivas a profissão Fraga (2010) esclarece que embora não tendo atingido o patamar de “Ciência”, o Serviço Social conseguiu se constituir como uma área de produção de conhecimentos, inserda na grande área de Ciências Sociais Aplicadas (assim é identificada nas agências de fomentos do CNPq, Capes e Fapergs), isto é constroí conhecimento científico.

Observando os relatos de Abramides (2007) oportunamente pode-se entender que o período contemporâneo apresenta uma nova situação a ser enfrentada, e pode-se com certeza dizer que é uma das mais duras que categoria profissional já passou.

Para tanto em sua pré-dica, explicitou claramente mencionando que a década de 1990, (mil novecentos e noventa) confere maturidade teórica ao Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social Brasileiro e que na tradição Marxista há uma apresentação de referencial teórico que é hegemônica elenca (ABRAMIDES, 2007).

Torna-se importante a discussão levantada pela autora, que nos mostra o quão relevante é este levantamento, pois agrega valor e dissipa o conhecimento atentando para questões do conjunto de leis e de regulamentações que dão sustentabilidade institucional, legal ao projeto de profissão nos marcos do processo de ruptura com o conservadorismo.

Assim, Abramides (2007) nos condecora com suas monções mostrando que o projeto de profissão elenca:

O novo Código de Ética Profissional em 1993; A nova lei de Regulamentação da Profissão em 1993; As diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social em 1996; As legislações sociais que referenciam o exercício profissional e vinculam-se à garantia de direitos como: O Estatuto da Criança e do Adolescente – Eca de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas de 1993m a Lei Orgânica de Saúde em 1990. (ABRAMIDES, 2007, p. 37)

O Serviço Social como profissão sempre foi uma das dimensões exaustivamente discutidas pela profissão, seja em espaços na academia ou de organização da categoria. Essa discussão está ligada ao fato de que a profissão historicamente tem sido chamada a intervenção na realidade, e na atual configuração da sociedade diversos são os setores que se constituem campo de trabalho para o assistente social, alega (FREITAS, 2001).

Para auxílio na discussão o Conselho Federal de Serviço Social, (2011) no tocante ao Assistente Social elucida que:

O Serviço Social como profissão, em sete décadas de existência no Brasil e no mundo, ampliou e vem ampliando o seu raio ocupacional para todos os espaços e recantos onde a questão social explode com repercussões no campo dos direitos, no universo da família, do trabalho e do “não trabalho”, da saúde, da educação, dos/as idosos/as, da criança e dos/as adolescentes, de grupos étnicos que enfrentam a investida avassaladora do preconceito, da expropriação da terra, das questões ambientais resultantes da socialização do ônus do setor produtivo, da discriminação de gênero, raça, etnia, entre outras formas de violação dos direitos. Tais situações demandam ao Serviço Social projetos e ações sistemáticas de pesquisa e de intervenção de conteúdos mais diversos, que vão além de medidas ou projetos de Assistência Social. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011, p. 10).

Guerra (2007) nos auxilia no discurso e contribui evidenciando que a historicidade da profissão foi construída entre formas conservadoras e progressistas o que lhe favorece a fornecer representação social, e ainda que a intervenção profissional possa, ainda que equivocada possa ser considerada um tecnificação ou racionalização das práticas de Assistência ou uma ação de ajuda aos carentes, a imagem da profissão também vincula-se ao profissional que defende e atende a justiça e a equidade, a democracia as políticas públicas e os direitos sociais.

Em referência ao Assistente Social, em afirmativa, o Conselho Federal de Serviço Social (2011) explana e torna público, alegando que os/as assistentes sociais possuem e desenvolvem atribuições localizadas no âmbito da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, como também na assessoria a movimentos sociais e populares.

Muitas são as vitórias do Serviço Social ao longo da história, de lutas, conquistas e acima de tudo honrando a bandeira da profissão.

Neste sentido, Guerra (2007) afirma que tais conquistas não são individuais, mas coletivas, e fizeram parte de uma agenda programática na qual foram estabelecidos objetivos profissionais que se internalizam num projeto de uma “nova” sociedade.

O que pretendemos mostrar com isso é que a prática profissional não se diferencia de ações de leigos, filantropos e voluntários ainda permanece no intervenção profissional muito mais pela ausência de um claro referencial teórico-metodológico e ético-político crítico, ausência esta que limita a sociedade e o assistente social a perceberem que na sua condição de assalariado encontram-se as premissas reais que diferenciam a prática profissional de intervenções assistencialistas, assistemáticas e filantrópicas. (GUERRA, 2007, p. 11).

A valorização da profissão nas últimas décadas, o Serviço Social conheceu, no Brasil, um profundo processo de renovação devido às mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente tornando-se diferente, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente. (BRASIL, 2012).

Desvendar e entender o objetivo do trabalho pelo qual o assistente social atua, é essencial para o desenvolvimento de um processo de trabalho consistente,

conhecer como questão social se manifesta no cotidiano dos sujeitos sociais e suas formas de organização e resistência é imprescindível para que se tenham subsídios para coletivamente alternativas para o seu enfrentamento. (FRAGA, 2010).

Neste sentido o Conselho Federal de Serviço Social, (2011) preconiza e elucida através dos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social que:

A Assistência Social, como um conjunto de ações estatais e privadas para atender a necessidades sociais, no Brasil, também apresentou nas duas últimas décadas uma trajetória de avanços que a transportou, da concepção de favor, da pulverização e dispersão, ao estatuto de Política Pública e da ação focal e pontual à dimensão da universalização. A Constituição Federal de 1988 situou-a no âmbito da Seguridade Social e abriu caminho para os avanços que se seguiram. A Assistência Social, desde os primórdios do Serviço Social, tem sido um importante campo de trabalho de muitos/as assistentes sociais. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p.12).

As afirmações de Guerra (2007) relatam que não obstante os avanços da profissão, na ausência de um projeto profissional crítico que vise romper com o tradicionalismo das práticas profissionais, ficam muito limitadas as possibilidades de diferenciação entre o exercício profissional e a prática filantrópica, assistencialista, voluntarista.

Enaltecendo o profissionalismo dos Assistentes Sociais, Fraga (2010) descreve que a finalidade do trabalho do assistente social está voltada para intervenção nas diferentes manifestações da questão social com vistas de contribuir com a redução das desigualdades e injustiças sociais, como também fortalecer os processos de resistências dos sujeitos tendo a perspectiva da democratização, autonomia dos sujeitos e do seu acesso ao direito.

As ações profissionais do Serviço Social não podem, portanto, ser reduzidas a intervenções pontuais na realidade, mesmo que essas sejam necessárias, enquanto a construção teórica não pode estar desvinculada da realidade do trabalho profissional. (FREITAS, 2011).

A identidade da profissão não é parada e sua construção histórica envolve a obstinação frente às contradições sociais que configuram uma situação de barbárie, decorrentes do atual estágio da sociabilidade do capital em sua fase de produção destrutiva, com graves consequências na força de trabalho. (CONSELHO

FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011).

Identificar a profissão e o seu exercício, são desafios e possibilidades, bem como discutir e agir em seu favor é parte construtiva do profissional em Serviço Social, pois com a prática e as intervenções verifica-se a possibilidade de transformação do Serviço Social, como também relata (FREITAS, 2001).

O exercício profissional em Serviço Social deve então constituir-se em elemento de discussão para os próprios profissionais, já que as práticas cotidianas estão relacionadas à leitura que o mesmo faz da realidade onde está inserido e, ao mesmo tempo, essa prática tem que ir além, superando-se a intervenção simplesmente pontual e construindo-se a práxis, a ação transformadora. (FREITAS, 2001, p. 1)

Nesse entendimento, a profissão de Serviço Social, também é demonstrada por Fraga (2010) da seguinte maneira:

O Serviço Social é uma profissão investigativa e interventiva. Portanto, as análises de seus estudos e pesquisas precisam ser realizadas a partir de situações concretas e possuir utilidade social, não interessando o conhecimento realizado apenas com finalidade descritiva e contemplativa. (FRAGA, 2010, p. 46).

No que se refere à discussão do trabalho do Assistente Social e suas perspectivas notamos que Freitas, (2001) enaltece a prédica reafirmando que.

O assistente social na execução das medidas socioeducativas é uma temática recorrente, mas ainda não se encontram produções teóricas significativas acerca da mesma. Cumpre fazer essa reflexão considerando os pressupostos no projeto ético-político da profissão que, na medida em que se refere a uma construção, envolvendo sujeitos individuais e coletivos, saberes teóricos e práticos, está orientado por princípios éticos e profundamente relacionados a projetos societários, não sendo então possível desvincular esse projeto ético-político da profissão do contexto social em que está inserido e que se articula com as políticas sociais introduzidas nesse contexto.(FREITAS, 2001, p. 1).

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (2011) as atribuições e competências dos/as profissionais de Serviço Social, sejam aquelas realizadas na política de Assistência Social ou em outro espaço sócio ocupacional são orientadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser observados e respeitados, tanto pelos/as profissionais, quanto pelas instituições empregadas.

No que se refere aos direitos e deveres dos profissionais em serviço social é

importante ressaltar que o Conselho Federal de Serviço Social (2011) baseado no Código de Ética faz referência a estas atribuições e ressalta a importância do conhecimento das atribuições e competências destes profissionais.

Neste sentido, o Conselho Federal de Serviço Social, (2011) explicita teoricamente de acordo com o Código de Ética do/a Assistente Social no Art. 2º - Constituem direitos do/a assistente social:

a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código; b) livre exercício das atividades inerentes à profissão; c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais e na formulação de implementação dos programas sociais; d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação garantindo o sigilo profissional; e) desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional; f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código; g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população; h) ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções; i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011, p. 17-18)

Quanto aos deveres dos profissionais em Serviço Social, através de sua cartilha Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, o Conselho Federal de Serviço Social (2011), elucida a importância de entender também os deveres destes profissionais que descritos estão abaixo, conforme o artigo 3 do Código de Ética do/a Assistente Social.

Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a Legislação em vigor; Utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da profissão; Abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes; participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011, p. 18 e 19).

Sob o enfoque da questão das atribuições e competências do Assistente Social, a autora trás relatos concretos e nos adverte a entender que a lei de regulamentação da Profissão coloca em parâmetros legais que garantem as capacidades ao assistente social e auxilia suas prerrogativas características a cada profissional que precisa, então, ter informação de seu conteúdo para entender o

aparato legal, nos diferentes âmbitos de atuação profissional. (FRAGA, 2010)

A luta por melhores condições e efetivar a lei é uma das preocupações de Fraga (2010) que nos auxilia na discussão esclarecendo que:

Isso posto, vale ressaltar que a referida lei é um instrumento que só terá sua efetividade e alcance no coletivo da categoria, na medida em que cada assistente social tiver clareza de finalidade no seu exercício profissional cotidiano, visto que quem não sabe onde quer ir, perde-se no caminho e não chega a lugar nenhum. (FRAGA, 2010, p. 50).

Portanto a constante busca que os Assistentes Sociais se vêem alicerçados na reafirmação e concretização dos princípios norteadores do projeto ético-político profissional. A garantia através dos Conselhos Federais de Serviço Social é priorizar de forma sistemática e preconizar através de sua cartilha deixando claro que os/as profissionais devem ter garantido o seu direito à autonomia na idealização e exercício de seu trabalho, por isso, esse documento não pretende estabelecer um “manual” de procedimentos e nem um conjunto de “receitas” para orientar o exercício do trabalho, mas objetiva contribuir para fortalecer a intervenção profissional, em consonância com as competências e atribuições privativas asseguradas na Lei 8662/1993. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011).

2 METODOLOGIA

Para confecção do trabalho, a metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica, a qual segundo é realizada através de livros e artigos extraídos da internet, por caracterizar-se de um instrumento importante por possibilitar a produção de conteúdos fornecidos diretamente pelos sujeitos envolvidos no processo, materiais que tanto podem ser objetivos quanto subjetivo.

Elencar muitas vertentes bibliográficas credibiliza o estudo, pois agrega valor, dissipa conhecimento bem como enaltesce e contribui para o crescimento profissional qualitativo da formação profissional. De fato, estudos como o aqui apresentado, oportunizam melhores condições na formação do Bacharel em Serviço Social, pois está de acordo com os interesses da atualidade e concentra-se na história e perspectiva de futuro do Serviço Social.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sob a perspectiva de resultados é importante explicitar que a temática abordada relata de forma clara e trás um breve relato sobre a temática no contexto histórico do Serviço Social, elucidando os momentos do mesmo pelo mundo e no Brasil.

De forma coesa e versátil, abordar a história oportunizou melhoria de conhecimentos bem como atentar para as competências do Assistente Social no tocante ao nascimento da profissão, seus desafios, oportunidades e possibilidades de melhoria no quadro de atuação profissional.

De forma favorável os resultados encontrados em meio a tantas vertentes bibliográficas, teses e abordagens é mister entender o quão suado foi a conquista da profissão e futuro promissor à qual ela se insere no cotidiano do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar a história do Serviço Social no mundo e no Brasil, é também apreender as diferentes formas de expressões diárias da profissão, isto leva o Assistente Social a especializar-se e tornar seu trabalho mais satisfatório, e assim entender, que o papel do Assistente Social vai muito além de intervenções.

Com o referencial bibliográfico e as questões aqui levantadas sobre a relevante história do Serviço Social, propiciaram qualitatividade nas informações levantadas bem como reafirmação do chamado ao Serviço Social.

No trabalho evidenciaram-se muitos autores que possibilitaram a prédica, pois sem os mesmos não seria possível encontrar êxito e dissipar questões dantes desconhecidas bem como nortear a escolha da especialização posterior.

Entender a história, princípios e os autores que abordam sobre a temática do Serviço Social, são sem sombra de dúvidas uma das primeiras qualificações do Assistente Social, que é um profissional comprometido com a ética, a cidadania, o bem estar e a qualidade de vida. Possibilitar estudos com o aqui apresentado clareou e nortear ainda mais o chamado de fazer o bem sem olhar a quem, a importância da profissão e a capacidade de não medir esforços na qualidade de vida da população é que direciona o Assistente Social.

Portanto o conhecimento teórico proporciona no Serviço Social e cria um laço de comprometimento do Assistente Social com o chamado ético e social pela população e um trabalho de qualitatividade ao qual se destina.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES. M. B. C. Desafios do Projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. Revista Trimestral de Serviço Social, Ano XXVIII, nº 91. São Paulo/SP, 2007. Cortez Editora.

ALBERNAZ, A. C. N. P & SILVA, V. G. C. Assistente Social: Um Profissional a Serviço dos Direitos, da Cidadania e da Justiça Social. Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 166-175, 2009. Disponível em: <www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica>. Acesso em: 10 set. 2014.

BRASIL. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei nº8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. Revista e Atualizada. Brasília/DF: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012.

COIMBRA, C. V. As Origens do Serviço Social no Brasil. Xvi Seminário de Pesquisa do Ccsa Issn 1808 – 6381. Disponível em: <<http://ccsa.ufrn.br/seminario2010/anais/artigos/gt2-11.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014) Brasília/DF, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf>. Acesso em: 21 set. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL- CFESS. Atribuições Privativas Do/a Assistente Social. 1ª Edição Ampliada. Conselho Federal De Serviço Social – CFESS. Comissão De Fiscalização CFESS - Gestão “Tempo De Luta De Resistência” (2011-2014). Disponível em: <<http://www.Cfess.Org.Br/Arquivos/Atribuicoes2012-Completo.pdf>>_Acesso em: 10 set. 2014.

FEHLBERG, M. P. A. Serviço Social : influências religiosas, constituição da profissão e os desafios atuais: EST/PPG, 2009. 123 f.: il. Disponível em: <http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=157>. Acesso em: 01 set. 2014.

FRAGA, C. K. A atitude investigativa no trabalho do Assistente Social. Revista Trimestral de Serviço Social, Ano XXX, nº 101. São Paulo/SP, 2010. Cortez Editora.

FREITAS, T. P. Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. Serv. Soc. Soc. nº. 105, São Paulo Jan./Mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 set. 2014.

GUERRA, Y. O Projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Revista Trimestral de Serviço Social, Ano XXVIII, nº 91. São Paulo/SP, 2007. Cortez Editora.

IAMAMOTO. M. V. Relações Sociais E Serviço Social No Brasil” - Esboço De Uma Interpretação Histórico-Metodológica. São Paulo 2009, Ed. Cortez/Celats. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAfPmYAE/relacoes-sociais-servico-social-no-brasil-iamamoto-marilda>>. Acesso em: 10 set. 2014.

IAMAMOTO. M. V. **O Debate Contemporâneo do Serviço Social e a Ética Profissional**. Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis. Org. Dilsea A. Bonetti, Marlise V. Silva, Mione A. Sales e Valéria M. M. Gonelli. São Paulo/SP, 2009. Editora Cortez.

PINTO, B. A. C. & YAMAMOTO, M. I. Desenvolvimento Histórico do Serviço Social. 2010. Disponível em: <http://fgh.escoladenegocios.info/revistaalumni/artigos/artigo_10.pdf>. Acesso em: 05 set. 2014.

SOUSA, C. T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em <<http://www.uepg.br/emancipacao>>. Acesso em: 15 set. 2014.

SOUZA, L. V. A. A História do Serviço Social no Brasil. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 30 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.37823&seo=1>>. Acesso em: 28 set. 2014.

VIEIRA, T. C. A História do Serviço Social. 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-historia-do-servico-social/44882/>>. Acesso em: 02 set. 2014.